

nanceiras são grandes e os problemas sociais se avolumam.

O Presidente Fernando Collor de Mello, em suas articulações políticas com os governos estaduais, objetiva não só a discussão do "Projeto", como também a busca de apoio político no Congresso Nacional. S. Ex^a tem procurado fazer contato com governadores de vários partidos e estados, naturalmente. É sabido que o Presidente Fernando Collor assegurou o repasse de recursos ao Governo do Rio de Janeiro para a construção da chamada "Linha Vermelha", notícia bastante divulgada no último final de semana.

Como representante da região Norte e como integrante de um partido que apóia o Governo dentro do processo democrático, naturalmente tenho o direito de divergir de alguns aspectos, e vários apelos têm sido apresentados ao Presidente Fernando Collor, através de documentos ou desta tribuna, para que S. Ex^a não esqueça também a região Norte, onde a população vem sendo ameaçada pela cólera. A imprensa tem noticiado frequentemente que esta doença se alastra em Tabatinga, onde não existe sistema de saneamento básico, onde as dificuldades em termos de saúde preventiva são inúmeras.

Gostaria de chamar a atenção do Presidente Fernando Collor de Mello, que de parábens está pela atitude tomada em relação ao Rio de Janeiro, para que não se esqueça de prestigiar os estados da região Norte, particularmente o meu estado, o Amapá, onde as dificuldades na área de saneamento básico também são grandes e os problemas com relação ao abastecimento de água são frequentes. No atendimento à população das demais regiões, o Governo deve liberar recursos suplementares a fundo perdido, a exemplo do que foi feito em relação ao Rio de Janeiro, para que os projetos possam ser viabilizados.

Encerrando o meu discurso de hoje, Sr. Presidente, e cumprindo o tempo estipulado regimentalmente, gostaria de deixar mais uma vez um apelo ao Presidente para que não se esqueça da região Norte. Tem sido excelente também o atendimento do Governo Federal em relação aos estados do Nordeste, mas o Norte vem sendo ameaçado pela cólera, repito, e os governadores necessitam de apoio do Presidente Fernando Collor de Mello. Que S. Ex^a também não se esqueça disso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Wilson Campos) — Com a palavra o nobre Deputado Hélio Bicudo, que falará pelo PT.

O SR. HÉLIO BICUDO (PT — SP. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Deputados, o Governo Federal elaborou um extenso documento sob a epígrafe "Plano Nacional de Segurança Pública", no qual busca ordenar, a nível nacional, as atividades não apenas policiais, mas, por igual, aquelas ligadas à justiça criminal e ao sistema penitenciário. Essa posição, entretanto, somente terá sentido se objetivar um instrumento capaz de transformar as práticas que nesse campo se desenvolvem e que bus-

cam apenas a manutenção do **status quo** de uma sociedade que privilegia a segurança de uns poucos, em detrimento dos direitos da maioria do povo.

Quero lembrar aqui a contribuição deixada, nesse sentido, ao Ministério da Justiça, quando da gestão do Ministro Fernando Lira, para uma experiência piloto a ser desenvolvida numa das cidades satélites de Brasília, na esteira da idéia de uma polícia localizada de forma permanente numa determinada área — os mesmos policiais na mesma área, todo o tempo — uma justiça e um ministério público atuando ainda nessa área, dispendo de um pequeno estabelecimento penal, tudo com a colaboração de conselhos da comunidade.

Enquanto não se integrarem as três atividades — polícia, justiça e prisão — continuaremos no mesmo plano de ineficiência que vem desmoralizando tudo quanto se faça ou se imagine nesse setor.

E esse grande salto, que não deve ser, apenas, a pretensão de um governo ou de uma pessoa, mas uma atuação conjunta de toda a sociedade, passa, antes de mais nada — como uma verdadeira preliminar de mérito — pela unificação das polícias, tornadas, a partir daí, substancialmente estaduais, e, por igual, pela agilização da justiça penal e pela modernização do sistema penitenciário. E para isso urge reformular a Constituição Federal, que manteve as polícias militares no modelo imposto pela ditadura militar, impedindo, assim, a sua integração na polícia civil; que deixou intocado o Poder Judiciário, imobilizado no seu elitismo, cada vez mais acentuado, e, por derradeiro, que não cuidou de modernizar o nosso sistema de cumprimento de penas.

Nesse sentido, o "Plano Nacional de Segurança Pública", diz da necessidade de se emendar a Constituição Federal. E tem sobejas razões, como já se assinalou, pois, se os entraves existentes persistirem, inclusive no plano do processo penal, mantida a competência da União para suas normas, desconhecendo-se a realidade brasileira, não poderemos estruturar uma política de segurança pública diferente daquela imposta ao povo pela ideologia da segurança nacional, como segurança do Estado em detrimento da segurança das pessoas.

Quero, pois, ao finalizar estas minhas palavras, levar ao conhecimento da Casa que formulei três emendas constitucionais, que evidentemente irão contar com a colaboração dos ilustres membros deste Congresso. A primeira, propondo a desvinculação das polícias militares do Exército, para que se possa organizar polícias estaduais civis; a segunda, buscando maior dinamismo do judiciário, em especial dos juízes de primeira instância, aproximando-os do povo; a terceira, instituindo normas fundamentais para que a pena não seja um fim em si mesma, mas um meio para se obter a ressocialização do detento.

Acredito que, mediante as alterações constantes das emendas em questão, poderemos construir um sistema de segurança Pública,

ao invés de permanecermos no regime atual de opressão do povo.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Campos) — Concedo a palavra à nobre Deputada Beth Azize, que falará pela Liderança do PDT.

A SRA. BETH AZIZE (PDT — AM. Sem revisão da oradora.) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, hoje é o Dia da Terra, dia em que a humanidade se dedica a homenagear o planeta em que vivemos. Exatamente hoje trago ao conhecimento desta Casa e da Nação brasileira uma proposta de realização de um encontro preliminar, em algum Estado da Amazônia, para que possamos promover o que chamei de Eco-Amazônia, como uma reunião preparatória para a Eco-92, que acontecerá em junho do próximo ano, na cidade do Rio de Janeiro.

Essa proposta consiste em dar à sociedade, ao povo brasileiro, às entidades ambientalistas de todo o País a oportunidade de se reunirem para discutir e formalizar uma proposta fechada sobre a Amazônia, a ser levada ao conhecimento de todos os representantes de países estrangeiros que estarão presentes à Eco-92.

Essa preocupação não é só minha, Sr. Presidente, mas de todos nós da Amazônia. Estamos vendo os dias passarem e temos a consciência de que não possuímos qualquer documento formalizado ou proposta objetiva sobre a Amazônia para que a Conferência Mundial do Meio Ambiente a aceite e a discuta como uma proposta da Nação e do povo brasileiro.

Se não fizermos isso, Sr. Presidente, nós, da Amazônia, estaremos, como meros espectadores, assistindo à discussão sobre uma área que integra o nosso País e faz parte da nossa vida. Estaremos vendo delegações estrangeiras de países do Primeiro Mundo chegarem aqui com um projeto pronto e acabado sobre a Amazônia. Não podemos assistir a isso passivamente e temos de interferir na Eco-92, participando com um projeto da Amazônia que harmonize a preservação com o desenvolvimento.

Na realidade, essa proposta atrairá para o Estado do Amazonas, o coração da Amazônia, milhares de brasileiros interessados em participar da discussão sobre aquela região e que não terão oportunidade de fazê-lo na Eco-92. Sabe por que, Sr. Presidente? Porque é preciso deixar claro que a Amazônia não é feita apenas de rios, florestas e animais. A Amazônia tem o homem o ser humano que a habita, hoje marginalizado, entregue à sua própria sorte, à miséria e ao abandono de todos os governos. Temos de apresentar um projeto político e governamental para preservar o homem daquela região, para garantir sua sobrevivência, pois ele é, na realidade, o preservador natural.

Sr. Presidente apresentarei essa proposta ao Grupo Parlamentar da Amazônia junto à Comissão do Meio Ambiente, da qual sou suplente, e estou trazendo-a a público no plenário desta Casa, que é o foro competente

para tratar da questão da maior seriedade como esta.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Campos) — Concedo a palavra ao Deputado Maurício Calixto, que falará pela Liderança do PTB.

O SR. MAURÍCIO CALIXTO (PTB — RO. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Sr's e Srs. Deputados, trazemos a registro na Câmara dos Deputados mais um exemplo da síndrome de processos que se perpetra contra jornalistas neste País.

Em Rondônia, ainda há pouco, o ex-Governador, que encerrou o seu mandato a 15 de março houve por bem processar o jornal *O Estadão*, daquele estado. E por que, Excelências? Pelas verdades publicadas, lamentavelmente. O Sr. Jerônimo Garcia de Santana, que governou o Estado de Rondônia por quatro anos seguidos, não teve sequer a coragem de se desincompatibilizar para se lançar a uma candidatura à Câmara dos Deputados ou ao Senado da República. Tantas foram as falcatruas perpetradas contra os interesses do Estado de Rondônia que o motivo para o ingresso de um processo crime contra o jornal é também dos mais inusitados. O jornal publicou, nos dias 12 e 13 deste mês de abril, cópias de publicações fraudulentas no *Diário Oficial* do Estado de Rondônia. O Dr. Jerônimo Garcia de Santana publicava o *Diário* normal e, logo em seguida, publicava, particularizadamente, um suplemento em que se encontravam altíssimas concorrências públicas, e não fazia circular esse *Diário Oficial*. O Sr. Jerônimo Garcia de Santana, nos seus quatro anos de Governo no Estado de Rondônia, só instituiu uma lei. Baixou um decreto que instaurou o caos no Estado de Rondônia, Sr. Presidente, Srs. Deputados. E agora, ao invés de dar explicações à Justiça, que lhe está cobrando, procura processar jornalistas.

A tragédia que se abateu sobre Rondônia, através da terrível administração do Sr. Jerônimo Santana, fez com que ainda ontem pudessemos ver, para lamento nosso, descendo ladeira abaixo o bom nome do estado. Assistimos a uma larga reportagem sobre as dificuldades com a segurança pública, a criminalidade em nosso estado, o correr solto do tráfico de drogas, com a informação séria dos poderes públicos de que cerca de oitenta quilos de cocaína são consumidos por dia. É lamentável para nós, é uma prova acabada da incompetência que aquele senhor exercitou ao longo de quatro anos no Estado de Rondônia.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, não acreditamos que devemos ser fatalistas com relação à natureza humana. Apesar de repudiarmos esse procedimento condenável do ex-governador, acreditamos que ele ainda possa ter um pequeno lampejo de dignidade e honradez: em vez de processar jornalistas, ir à delegacia mais próxima e entregar-se, para responder pelos crimes que cometeu.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Campos) — Passe-se ao

VI — GRANDE EXPEDIENTE

Tem a palavra o Sr. Manoel Castro.

O SR. MANOEL CASTRO (Bloco — BA. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Sr's e Srs. Deputados, nosso objetivo, com este pronunciamento no Grande Expediente da Sessão de hoje, é participar também do debate nacional que se trava neste instante sobre o Projeto de Reconstrução Nacional, apresentado pelo Presidente Fernando Collor, ao final do seu primeiro ano de Governo. Ano passado, em inúmeras oportunidades, estive na tribuna da Câmara dos Deputados para, entre outras coisas, criticar o fato de o Presidente da República, ao apresentar seu Plano de Estabilização Econômica, ter cometido o grave equívoco de subestimar a participação da sociedade, através das suas instituições. Quis o Governo cumprir uma promessa de campanha. Quis o Governo — acredito sinceramente nisso — resolver de fato os problemas brasileiros. Em nossa opinião, errou o governo quando imaginou que era milagroso. Não entendeu que, apesar de o povo brasileiro ser cristão, não acredita mais em milagres. Não adiantava insistir nos milagres, não adiantava insistir na formulação inadequada, de cima para baixo, imaginando que, sozinho, tudo poderia. O Governo não contou, a exemplo de oportunidades anteriores, com a participação popular, pois o povo só viu fracassarem inúmeras tentativas de outros planos econômicos para salvar a Nação e se debate com sucessivas frustrações, que passam pela campanha das "diretas-já", pela morte, que ontem fez seis anos, do digníssimo Presidente Tancredo Neves e ainda pela prorrogação do mandato do então Presidente José Sarney, quando se vendeu à Nação brasileira uma idéia de felicidade fácil e próxima, por meio de bandeiras que nem sempre se concretizavam.

Ora, se tudo isso é verdade, por justiça, neste instante, devo dizer que, antes de mais nada, o projeto de Reconstrução Nacional traz em si o mérito do reconhecimento do Presidente da República de que o Governo precisa da participação dos brasileiros, e a aceitação de que é indispensável não só uma postura de humildade, mas também de mobilização de todo o País para atingir os grandes objetivos nacionais.

A convocação da sociedade, por si só, é um mérito, embora sobre isso eu deva ainda comentar que a discussão que tem galvanizado a opinião pública ora se dá de maneira positiva, ora se dá de maneira que não honra o objetivo do plano. Perde-se muito tempo em discussões emocionais ou em se criticar o plano por intermédio de interpretações indevidas deste ou daquele segmento.

Todos se lembram de que questões específicas, como a aposentadoria por idade ou o ensino pago, nas universidades, por aqueles com melhor renda, foram motivo de ataques inclementes ao projeto, sem a discussão do que ele tem de mais importante, de mais essencial.

Na apresentação do plano e na mobilização da sociedade, cometeu-se erro tático. Buscou-se o apoio das grandes massas populares, como acontece nas campanhas eleitorais, fazendo as aspirações da sociedade irem ao encontro do projeto, e o Congresso Nacional, que representa os seus diversos segmentos, ao invés de combater, teria de apoiar o plano por pressão das bases, mas é evidente que isso não está acontecendo.

O Presidente da República precisa da participação dos senadores e deputados no encaminhamento e no debate do plano. Houve uma tentativa de correção de rumo, e já há algum tempo se tenta um diálogo mais próximo, mais fecundo e mais produtivo, no âmbito do Congresso Nacional. Entretanto, para que o diálogo se realize em sua plenitude, é indispensável uma demonstração mais clara, da parte do Governo, de boa vontade, não apenas para com as críticas, mas sobretudo para com as sugestões ou propostas que venham a ser apresentadas na discussão desses temas.

A polarização do debate nacional em torno do plano, no meu entendimento, tem também outro aspecto extremamente positivo. Estávamos habituados a discutir, nos anos mais recentes, questões específicas, concretas e, sobretudo, isoladas, como se a solução de cada um dos grandes problemas nacionais pudesse, efetivamente, ser a solução para toda a crise. Isso aconteceu no plano político, quando se dizia na Assembléia Nacional Constituinte, que a eleição direta do Presidente da República seria a solução para todos os problemas brasileiros. A simplificação de se discutir que o combate à inflação e a vitória contra esta poderiam ser a chave da solução de todas as nossas dificuldades é outro equívoco. Foi esta a posição adotada originalmente pelo Governo, ao afirmar que tinha apenas uma bala para acertar o único inimigo, a inflação.

O Projeto de Reconstrução Nacional traz também no seu bojo essa nova transformação. Os problemas nacionais são interdependentes, e não podemos analisar este ou aquele aspecto só da economia, mas também de outras questões de natureza social, política ou de política externa. O papel do Estado, o capital estrangeiro, a dívida externa, a educação, o meio ambiente, as relações entre o capital e o trabalho, o salário e o emprego, os investimentos públicos, a cidadania e os direitos fundamentais são temas importantes e interdependentes. E a solução depende de uma visão conjunta de todos estes aspectos.

O terceiro ponto do Projeto de Reconstrução Nacional que gostaria de destacar é o reconhecimento do papel que cabe ao Governo no resgate da dívida social. Difícilmente temos visto, no Brasil e em outros países do chamado Terceiro Mundo, um posicionamento governamental — não um posicionamento de campanha política — mostrando com clareza que o resgate da dívida social é responsabilidade do Estado. E o Projeto de Reconstrução Nacional, entre outros mé-